

RESTRIÇÕES À HIPÓTESE DO CONHECIMENTO MÚTUO NO PROCESSO COMUNICATIVO

Jane R.C. da Silveira

I- Considerações preliminares

A teoria da relevância, desenvolvida na obra **Relevance: Communication and Cognition** de Sperber-Wilson (S-W) (1986), por suas propriedades especulativas e cognitivas e por tratar ou admitir o fenômeno da comunicação humana como caracterizado também pela vaguidade e não apenas pelo compromisso da informação precisa, conforme os modelos tradicionais (modelos correlacionais de código), tem recebido críticas de diversos estudiosos que se ocupam dessa área.

O objetivo deste artigo é destacar uma dessas questões polêmicas, especificamente a que se refere à rejeição, por S-W, da hipótese do conhecimento mútuo (CM), a qual é substituída pela noção de ambientes cognitivos mutuamente manifestos. Tal noção é um pressuposto fundamental da teoria e, conseqüentemente, do princípio da relevância (PR), e será discutida com base em argumentos que possibilitem esclarecer o verdadeiro propósito dos autores.

O critério pragmático proposto por S-W parte de uma concepção básica sobre a cognição humana, a de que esta é orientada para ou dirigida pela relevância no processo comunicacional, ou seja, a concepção de que prestamos atenção apenas em informações que nos parecem relevantes. S-W (1991:544) enfatizam que o PR não é algo que deva ser conhecido, aprendido ou obedecido no comportamento comunicativo; a relevância, então, é tratada como sendo inerente ao processo de compreensão humana.

Este estudo está dividido em três seções: (i) a apresentação do quadro teórico, caracterizando resumidamente a teoria e o PR; (ii) a formulação, discussão e análise das críticas feitas por Clark e Gerrig à posição teórica de S-W quanto à noção de CM; e (iii) a conclusão das questões discutidas e analisadas, destacando a pertinência dos argumentos dos autores de 'Relevance', no seu modelo de comunicação ostensiva-inferencial, apresentado como uma alternativa de aprimoramento aos modelos inferenciais adotados

por pragmaticistas de tradição griceana.

2- Quadro teórico

Partindo de Grice (1975), que delineou uma alternativa inferencial para o modelo de código, sugerindo um método em que as hipóteses pragmáticas poderiam ser confirmadas ou desconfirmadas através do Princípio Cooperativo e da obediência às suas máximas conversacionais, S-W, em seu estudo sobre a relevância, embora reconheçam os méritos da teoria griceana como essencial para descrever a natureza da inferência ou implicatura pragmática na comunicação verbal, interpretam cognitivamente esse modelo, ampliando a sua capacidade descritiva e explanatória.

Diferentemente de Grice e dos pragmaticistas que seguem sua linha teórica, os autores não consideram que qualquer aspecto da interpretação do enunciado pragmaticamente determinado é sempre uma implicatura, com exceção da desambiguação e da atribuição do referente. Para eles, a combinação de características conceituais contextualmente inferidas e linguisticamente decodificadas constitui a explicatura, que é uma suposição explicitamente comunicada, e argumentam que todas as explicaturas do enunciado podem ser inferidas do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante.

S-W centram o enfoque da relevância no fato de que o hiato existente entre as representações semânticas das sentenças e os pensamentos realmente comunicados pelos enunciados deve ser preenchido não pela codificação, mas por inferências; vinculam, assim, a linguagem à cognição humana e não ao código. Entendem que pensamentos são representações conceituais (opostas a representações sensoriais ou a estados emocionais) e que as suposições são os pensamentos do indivíduo tratados como representações do mundo real.

Embora reconheçam as intenções do comunicador como desempenhando um papel fundamental na compreensão, salientam que a comunicação intencional humana nunca é um mero processo de codificação e decodificação. Isso porque as representações semânticas codificadas linguisticamente são estruturas mentais abstratas que devem ser inferencialmente enriquecidas com base na intenção informativa do falante antes de serem tomadas como representando qualquer coisa de interesse a ser comunicada. Um estímulo lingüístico, ao acionar um processo automático de decodificação, leva-nos a recuperar a sua representação semântica. O sistema de decodificação lingüística possui as características dos sistemas perceptuais, reflexos e automáticos e, de acordo com Fodor (1983), trata-se de um sistema de *input*, e não de processamento central, não devendo ser considerado como parte da compreensão, mas como algo que simplesmente fornece um estímulo para esse processo.

Para S-W, a comunicação verbal propriamente dita ocorre quando se reconhece que o falante está dizendo algo a alguém, e o objetivo da

pragmática é explicar como a tarefa do ouvinte, essencialmente inferencial, pode ser realizada para a compreensão. Entendendo que a verdadeira intenção comunicativa é a intenção de ter uma intenção informativa reconhecida, os autores sugerem um critério explícito para chegar às hipóteses sobre a intenção do comunicador: os seres humanos prestam atenção ao mais relevante fenômeno disponível. Tendem a construir a representação mais relevante possível deste fenômeno e a processá-la num contexto que maximiza sua relevância.

Mas quais são as formas de inferência realizadas pelo ouvinte na compreensão verbal? E como a informação é mentalmente representada e inferencialmente processada? Para os autores, na compreensão de enunciados, em que o raciocínio dedutivo desempenha um papel fundamental, as inferências são não-demonstrativas, derivadas de um cálculo não-trivial. Ou seja, não há, necessariamente, regras que, dado um conjunto de premissas, gerem apenas um conjunto de conclusões válidas. O que ocorre é um processo de formação e de confirmação de hipóteses, a formação consistindo num processo criativo, de raciocínio analógico, de associação de idéias, enquanto a confirmação de hipóteses vai depender do quanto elas se ajustam a domínios conexos de conhecimento e à concepção global de mundo do indivíduo. Esses processos são dedutivos globais, uma vez que têm livre acesso à informação contextual, não partindo somente de premissas fixadas.

O domínio por excelência de processos de inferências não-demonstrativas espontâneas são as suposições factuais, suposições básicas mantidas como descrições verdadeiras do mundo, mas não sempre explicitamente representadas como verdadeiras. Quando adquiridas, são combinadas com um estoque de suposições existentes, submetendo-se ao processo de inferência, cujo objetivo é modificar e aperfeiçoar a representação de mundo do indivíduo.

Os processos de inferência usados na compreensão e comunicação verbal do dia-a-dia são, na maioria das vezes, espontâneos e essencialmente inconscientes. S-W sustentam que a formação de suposições por dedução é o processo-chave em inferência não-demonstrativa e que o processo de formação e confirmação de hipóteses é explicado pelo PR.

Este princípio está articulado a conceitos importantes que constituem a base para que seja compreendido em toda a sua extensão. A relevância é tratada pelos autores como uma relação entre uma proposição P e um conjunto de suposições contextuais C , ou seja, uma informação torna-se relevante para o indivíduo se ela interage com as suas suposições anteriores sobre o mundo. A relevância, então, é alcançada quando a adição de uma proposição a um contexto leva a uma modificação do mesmo. Essa modificação é chamada de efeitos contextuais, os quais podem ocorrer de três maneiras: (a) combinando a informação nova com o contexto prévio para fornecer

implicações contextuais; (b) fortalecendo (ou enfraquecendo) suposições existentes; e (c) contradizendo e eliminando suposições anteriores.

Assim, uma implicação contextual não pode derivar de P ou de C sozinhos; ela é a contextualização de P em C, e, quanto mais alto o valor de qualquer implicação contextual, maior a modificação do contexto. Mas, enquanto algumas inferências fortalecem suposições já existentes, fornecendo maior evidência a elas, fenômeno chamado de força das suposições, outras resultam numa contradição, levando o ouvinte a eliminar o que para ele é contraditório, isto é, quando a nova e a velha informação contradizem uma à outra, a mais fraca das duas suposições é abandonada. A força das suposições que fazemos no dia-a-dia pode vir de quatro fontes: (i) da percepção, através de um estímulo sensorio; (ii) da decodificação linguística, por meio dos mecanismos de input linguístico; (iii) das suposições ou esquemas de suposições estocados na memória, que podem ser completados por informação contextual; e (iv) das deduções, que derivam suposições adicionais como conclusões de um processo dedutivo.

Segundo S-W, a força das suposições é comparável à sua acessibilidade: uma suposição é mais acessível quanto mais facilmente lembrada ou processada. Por exemplo, num certo contexto, a suposição 'O nome da capital do RS é Porto Alegre' é mais acessível que 'Porto Alegre chamava-se São Francisco do Porto dos Casais em 1772'. Assim, quanto mais representada uma suposição, maior a sua acessibilidade.

Os efeitos contextuais são, então, essenciais para o processo de compreensão e para a caracterização da relevância, descrita como uma propriedade importante da cognição humana. Para os autores, uma suposição é relevante num contexto, se e somente se tem efeitos contextuais naquele contexto, mas devem ser considerados, também, os graus de relevância enquanto um conceito comparativo (e não quantitativo). Argumentam que o processamento humano de informação requer algum esforço de atenção, memória e raciocínio, à medida que algum efeito é alcançado em termos de alterações das crenças do indivíduo: a adição de novas crenças, o cancelamento das velhas ou simplesmente a mudança no grau de confiança em velhas crenças.

S-W sugerem que o cálculo de relevância é uma questão de estimativa entre efeito contextual e esforço de processamento, fazendo uma analogia com a relação 'custo-benefício'. Afirmam que uma suposição é relevante num contexto se os efeitos contextuais são amplos e o esforço requerido para processá-los é pequeno, de tal maneira que, quanto maiores os efeitos contextuais e quanto menor o esforço de processamento, maior a relevância.

Às vezes, entretanto, mais esforço de processamento é compensado na relação com os efeitos alcançados. Assim, se A pergunta a B: Susana bebe uísque? e B responde: Ela não bebe álcool, a suposição uísque é alcoólico

seria implicada e levaria a algumas implicações contextuais que compensariam o esforço extra de processamento por B não responder explicitamente Susana não bebe uísque; evitaria, por exemplo, que A oferecesse a Susana qualquer outra bebida alcoólica, levando A a concluir, por dedução, que Susana prefere bebidas leves.

Efeitos contextuais e esforço de processamento existem independentemente de cálculo consciente ou de serem representados conceitualmente e, quando o são, é na forma de julgamentos intuitivos (comparativos). Na abordagem de S-W, a seleção de um contexto no processo da comunicação é afetada pelos objetivos de minimizar esforço de processamento e maximizar efeitos contextuais. A escolha de um contexto particular entre uma variedade de possíveis contextos para a interpretação de um enunciado é guiada pela busca da relevância; o contexto é restringido pela organização da memória enciclopédica (conhecimento de mundo) de um indivíduo, pelas suas habilidades perceptuais e outras habilidades cognitivas e pela atividade mental na qual está engajado. A relevância, então, é dada, e o contexto, uma questão de escolha, é uma variável. Desse modo, argumentam contra a abordagem que identifica o CM como o fator principal na compreensão, por ele restringir o contexto a crenças e suposições que devem ser compartilhadas enquanto mutuamente conhecidas pelo falante e ouvinte.

S-W ressaltam que a sucessão de pensamentos de um indivíduo é guiada pela relevância máxima, que é alcançada com a seleção do melhor contexto possível (equilibrando efeito e esforço de processamento) para a suposição ser otimamente processada. Caracterizam também a relevância como uma propriedade de fenômenos (estímulos) que afetam o ambiente cognitivo de um indivíduo - o conjunto de todos os fatos que são manifestos a ele, levando à construção de suposições.

Um estímulo é um fenômeno usado para alcançar efeitos cognitivos, tornando uma intenção informativa mutuamente manifesta. Por acreditarem que as pessoas não compartilham ambientes cognitivos totais, S-W aprimoram a noção de CM, empiricamente inadequada, e a de informação compartilhada, conceitualmente vaga, introduzindo a noção de manifestabilidade mútua. A manifestabilidade mútua é relativa a todas as suposições manifestas num ambiente cognitivo mútuo, o qual significa qualquer ambiente compartilhado em que é manifesto que as pessoas o compartilham sem a necessidade de ter as mesmas suposições (embora sejam capazes disso). Constitui, então, uma manifestação potencial - perceptível ou inferível - mais fraca, menos exigente do que a de CM e mais compatível com a compreensão verbal.⁴

Segundo os autores, um estímulo pode tornar os fatos manifestos ou mais manifestos, mas um fato pode ser manifesto sem ser conhecido e suposto, pois o indivíduo não constrói todas as suposições que o fenômeno torna

manifestas. Algumas não se pode deixar de fazer, por exemplo, as estimuladas por sons muito altos, clarões de luz, acenos de mão, ligadas a percepções auditivas, visuais e táteis, respectivamente. Os fenômenos menos favoráveis de serem relevantes são filtrados automaticamente, enquanto os mais favoráveis pré-esvaziam a atenção (os pais ouvindo o choro do seu bebê, por exemplo). Os enunciados lingüísticos, do mesmo modo que os estímulos não-codificados, a menos que sejam tratados como estímulos ostensivos, serão simples ruídos ou marcas no papel.

O comportamento que torna manifesta a intenção de tornar algo manifesto, o estímulo ostensivo, além de atrair a atenção da audiência e de estar focalizado na intenção do comunicador, deve também revelar essa intenção-deve vir com garantia de relevância.

Um ato de ostensão é, então, um requisito para a atenção, e esta, um requisito para a comunicação ostensiva-inferencial, a qual comunica uma presunção (inferência) de relevância ótima. A presunção de relevância é determinada por dois fatores: o esforço para processá-la otimamente, nunca maior que o requerido, e os efeitos alcançados por esse processamento ótimo, nunca menores que o necessário para tornar o estímulo válido de ser processado pelo ouvinte.

Assim, o PR é formulado por S-W (1986:161) como "todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima", e tem o propósito de explicar a comunicação inferencial como um todo, explícito e implícito, constituindo uma generalização. É aplicado sem exceção: comunicador e destinatário não seguem o PR, do modo como os falantes o fazem em relação às máximas de Grice e não poderiam violá-lo, mesmo se o quisessem, pois ele está presente em todo ato de comunicação ostensiva.

A tarefa do ouvinte - construir possíveis hipóteses interpretativas de um conjunto de suposições - é efetivada, então, através do PR, que garante a seleção da primeira interpretação acessível ao destinatário, consistente com tal princípio. S-W enfatizam que, para ser consistente com o PR, uma interpretação não tem que ser otimamente relevante para o destinatário; simplesmente precisa ter parecido assim ao comunicador.

Embora nesse modelo de comunicação ostensiva-inferencial, centrado no PR, torne-se claro o papel do comunicador, envolvido com a ostensão, e o do destinatário, envolvido com a inferência, os autores têm sido, algumas vezes, criticados ou mal interpretados em aspectos do seu quadro teórico. É disso que trataremos a seguir.

3- Formulação dos problemas, discussão e análise: conhecimento mútuo e ambientes cognitivos mutuamente manifestos.

Apresentados os fundamentos teóricos da relevância, passemos à análise e discussão dos problemas levantados por Clark (1987) e por Gerrig

(1987), quanto aos pressupostos de manifestabilidade mútua e ambiente cognitivo na teoria de S-W.

Clark, ao questionar para qual propósito é relevante um ato comunicativo, afirma que S-W não explicitam isso em seu estudo. Argumenta que, na abordagem de intenções informativas e comunicativas e de comunicação ostensiva-inferencial, os autores parecem seguir o *insight* de Grice (1975) e Austin (1962), segundo o qual a comunicação humana deve ser tratada como parte de uma teoria de ação (do que as pessoas fazem), e, no entanto, quando caracterizam relevância, ela é sempre divorciada do que os participantes de um discurso estão realmente fazendo. Clark enfatiza que S-W se limitam a falar do significado de comunicação, mas certamente não do seu objetivo, quando afirmam: "O objetivo da comunicação em geral ... é aumentar a mutualidade de ambientes cognitivos e talvez a similaridade de pensamentos" (S-W, 1986:39). Prossegue dizendo que as pessoas falam como um meio de fazer coisas que elas só podem fazer coletivamente (arguindo, instruindo, negociando, contando histórias), o que está de acordo com os esforços cooperativos caracterizados por Grice, ao desenvolver a noção de "propósito comum" (ou de uma direção mutuamente aceita), unindo os participantes de uma conversação, e não com a noção de manifestabilidade mútua desenvolvida por S-W.

Outra crítica relacionada à noção de manifestabilidade de ambientes cognitivos mútuos na comunicação é feita por Gerrig, ao levantar dificuldades em tratar fenômenos para os quais o CM tem sido invocado tradicionalmente. Para esse autor, S-W não consideram a importância do CM da identidade do falante, por exemplo, como fator de desambiguação de um enunciado, o que condenaria a relevância a ter pouco efeito na interpretação do mesmo. Essa expectativa do limitado papel da relevância em situações mutuamente conhecidas pelo comunicador e pelo destinatário é sustentada por casos de irrelevância accidental, nos quais o destinatário já sabe com certeza de uma informação (sem ambigüidade) dada pelo falante. Gerrig argüi, então, que um enunciado que replica informação já conhecida, segundo S-W, não tem efeitos contextuais (não modifica o ambiente cognitivo) e, portanto, nenhuma relevância. Assim, a teoria da relevância, sem a noção de que os falantes podem ser apenas tão relevantes quanto seu CM permite, parece prever, contra-intuitivamente, que o ouvinte seria levado a procurar outra interpretação, fazendo inferências altamente inapropriadas, em qualquer ocasião em que o falante (acidentalmente) enunciasse informação da qual o destinatário tivesse certeza prévia. Na visão de Gerrig, o CM poderia eliminar essa dificuldade, uma vez que o enunciado seria relevante dentro do contexto definido pela informação mutuamente conhecida.

Para responder às críticas acima, é preciso esclarecer, inicialmente, que o "propósito comum", a que se refere Clark, é uma questão de identidade de

interpretações para que a comunicação seja bem-sucedida; de acordo com S-W, tal identidade não é garantida pelo fato de haver um mesmo objetivo da parte do falante e do ouvinte, ou de ambos compartilharem um mesmo conhecimento, nem simplesmente pelo fato de um ato comunicativo estar centrado nas intenções informativas do comunicador, segundo o modelo inferencial griceano.

O simples reconhecimento de uma intenção informativa não garante a sua realização, como Grice tentou demonstrar. Para os autores, a comunicação ocorre não apenas quando o falante tem a intenção de informar o ouvinte de algo, mas quando tem a intenção de informar a audiência da sua intenção de comunicar. A intenção comunicativa pode ser cumprida sem que a intenção informativa o seja. Por exemplo: A quer que B a convide para jantar, mas não quer pedir-lhe isso abertamente. Ao passarem por um restaurante, A manifesta a sua fome inspirando prazerosamente o cheiro de comida e abre a bolsa à procura de dinheiro, quase veladamente. Ou seja, A não quer que sua intenção informativa se torne mutuamente conhecida de ambos e, desse modo, a intenção comunicativa de A tem a sua intenção informativa oculta de B. Se tomarmos por base que a comunicação é efetivada pela audiência quando esta reconhece a intenção informativa do comunicador, como propõe Grice, ou se nos basearmos na noção de CM, então o último exemplo não é um caso de comunicação verdadeira. Mas sabemos que a comunicação pode ser efetivada desse modo em nossas inferências diárias.

Além disso, é preciso explicitar que para S-W a comunicação não é uma questão primária, pois não envolve um conjunto distinto e homogêneo de fenômenos empíricos; o que os autores pretendem é 'identificar os mecanismos subjacentes, enraizados na psicologia humana, que explicam como os seres humanos se comunicam uns com os outros'(1986:32). Entendendo a comunicação não como um fim em si mesma, mas comum meio para um fim, o seu objetivo, então, não é analisar o uso da linguagem comum, nem a linguagem da comunicação como uma 'ação coletiva', segundo Clark. Eles se propõem a responder, basicamente, duas questões: o que é comunicado e como é comunicado, descrevendo e explicando os processos inferenciais na compreensão verbal humana.

Para tal propósito, S-W apresentam argumentos convincentes a favor da manifestabilidade mútua de ambientes cognitivos, reafirmando que a hipótese de CM não é condição suficiente para a descrição e explicação da comunicação verbal. Primeiro, fornecem a noção de contexto como sendo o conjunto de premissas utilizado para interpretar enunciados, dizendo ser este um construto psicológico, um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo, que afeta a interpretação do enunciado. Enfatizam que, mesmo mantida a convergência dos membros de uma comunidade com relação à língua e às habilidades inferenciais, dificilmente esses indivíduos

compartilhariam as mesmas suposições sobre o mundo. Por serem altamente idiossincráticos, eles memorizam diferentemente fatos e informações básicas, interpretando-os de forma distinta. A única maneira de impedir a má compreensão seria garantir que os contextos efetivamente utilizados pelo falante e ouvinte fossem idênticos. Mas, supondo que eles usassem apenas as informações que compartilham sobre o mundo, formar-se-iam suposições de primeira, segunda, terceira ordem, infinitamente, ou seja: um falante S e um ouvinte A conhecem mutuamente a proposição P, se e somente se:

- | | |
|------------------|-------------------|
| I- S sabe que P | IV- A sabe (I) |
| II- A sabe que P | V- S sabe (IV) |
| III- S sabe (II) | VI - A sabe (III) |

e assim por diante. (S-W,1982:61)

A questão, nesse caso, é saber que grau de conhecimento compartilhado é suficiente para a comunicação ter sucesso e achar um procedimento para distinguir CM de conhecimento que não é mútuo. Talvez fosse possível fazer isso através de uma série ilimitada de checagens, visando à restrição do CM, mas, além de tomar um tempo que excederia a rapidez da produção e compreensão de um enunciado, não há garantia de que tal procedimento fosse bem-sucedido. S-W dizem que, mesmo quando duas pessoas estão olhando para uma mesma coisa, podem identificá-la diferentemente e podem não reconhecer ou compreender os mesmos fatos. Conseqüentemente, se as suposições do CM podem ser enganosas ou inconclusivas, essa hipótese não dá garantias ao ouvinte de uma compreensão adequada, e, se o CM não for uma certeza, ele não existe, isto é, se não sabemos que temos conhecimento mútuo de um fato ou com alguém, então não o temos.

S-W apontam outro problema, ainda relativo à hipótese do CM: embora fosse possível definir uma classe de contextos potenciais para a interpretação do enunciado, nada seria dito sobre como um contexto real é selecionado, nem sobre o papel do contexto na comunicação. Em vista disso, afirmam que, quando um conhecimento é considerado mútuo, é mais um resultado da compreensão do que uma pré-condição para ela, e apresentam como alternativa para aprimorar tal hipótese a noção de ambiente cognitivo mútuo, no qual é manifesto que as pessoas o compartilham.

Resultante dessa idéia, então, a noção de manifestabilidade mútua refere-se a todas as suposições manifestas naquele ambiente, que deverá ser alterado para atingir a comunicação. Tal noção fundamenta o PR, segundo o qual temos um conjunto de suposições que se tornam manifestas ou mais manifestas em graus variados. Há fatos que são manifestos a um indivíduo,

sem que ele tenha conhecimento ou faça suposições sobre os mesmos. S-W distinguem, como já foi visto na seção anterior, manifesto, suposto e conhecido, ressaltando que ser manifesto é ser perceptível ou inferível e qualquer suposição que alguém é capaz de construir ou aceitar como verdadeira, ou provavelmente verdadeira, é manifesta para ele. Mas há suposições que são mais manifestas para um indivíduo, em função de seu ambiente físico e de suas habilidades cognitivas. Por exemplo, se a campainha da porta toca, é mais manifesto, segundo os autores, que há alguém na porta do que a suposição de que há alguém alto o suficiente para tocá-la ou de que a campainha não tenha sido roubada.

Um fato pode ser manifesto sem ser conhecido e suposto; para ser conhecido, tem que ser verdadeiro, ao passo que pode ser manifesto e falso; por outro lado, nem tudo que é manifesto é suposto: as suposições não precisam ser verdadeiras e podem ser derivadas de outras suposições. Além disso, se algo pode ser manifesto só por ser perceptível, então não precisa ser inferível do conhecimento e das suposições anteriores. Exemplo disso é um carro passando audivelmente na rua; se não prestamos atenção a ele, não temos conhecimento do carro e nenhuma suposição sobre o mesmo, mas esse fato é manifesto para nós.

Desse modo, S-W mostram que manifesto é mais fraco do que conhecido ou suposto e, justamente por isso, uma noção de manifestabilidade mútua pode ser desenvolvida de modo mais plausível psicologicamente, uma vez que as pessoas não compartilham ambientes cognitivos totais nem necessariamente as mesmas suposições, apenas são capazes de fazê-lo. Uma suposição mutuamente manifesta, então, é sobre ambientes cognitivos e não sobre estados ou processos mentais. E é forte o suficiente para dar conta da comunicação, que é um processo aberto, assimétrico, governado por uma heurística menos que perfeita, não exigindo uma coordenação simétrica entre comunicador e audiência na escolha de código e contexto.

Quanto ao posicionamento de Gerrig, ao evocar o CM para resolver dificuldades na comunicação, o seu argumento é o papel limitado da relevância nas questões de desambiguação de enunciados em situações mutuamente conhecidas pelo falante e ouvinte, e nos casos de irrelevância accidental, quando o comunicador reporta informação velha ou replicada. Entretanto, o que o autor salienta como uma condição necessária e suficiente para CM é simplesmente um ambiente cognitivo mútuo. Do mesmo modo, os exemplos que apresenta não são de CM, mas de manifestabilidade mútua. Ele retoma o enunciado 'Jennifer admitiu roubar', apresentado por S-W, afirmando que, para um destinatário que conhece duas 'Jennifer', a atribuição do referente, através do CM do comunicador e do ouvinte, permitiria a interpretação correta: se a sentença fosse enunciada pelo marido de Jennifer, por exemplo, o ouvinte não teria dúvidas em saber a qual das duas o

comunicador estava se referindo.

A importância do CM da identidade do falante, defendida por Gerrig como fator de desambiguação de um enunciado, é refutada por S-W. Eles entendem que o indivíduo faz parte do contexto e do ambiente mutuamente manifesto, e é isso que possibilita, de modo mais plausível e mais fácil, a atribuição do referente. Certamente Gerrig não leva em conta que o comportamento ostensivo fornece evidência dos pensamentos de alguém porque implica uma garantia de relevância, que torna manifesta a intenção por trás da ostensão: em outras palavras, o PR. E tampouco considera que todos os enunciados têm uma primeira interpretação consistente com o PR, que é suficiente por si próprio para dar conta da interação de significados lingüísticos com fatores contextuais na desambiguação, na atribuição do referente, na resolução de indeterminâncias, bem como na recuperação das implicaturas na compreensão verbal.

O autor também se equivoca, ao abordar casos de irrelevância accidental para tratar de informação velha já conhecida, confundindo um critério de consistência com a presunção, antes do que com o princípio, de relevância ótima. S-W enfatizam que, quando nenhum nível satisfatório de relevância é alcançado, uma suposição plausível é que o comunicador tentou ser otimamente relevante, mas fracassou. Por exemplo, se um falante expressa uma proposição P pretendendo informar o ouvinte de P, sem saber que ele já tinha essa informação, embora P seja irrelevante para o ouvinte e, conseqüentemente, inconsistente com a presunção de relevância, o enunciado do falante é consistente com o PR. O enunciado teria, então, sido apropriado e, além disso, o risco teria sido razoável devido à expectativa do falante em ser bem-sucedido.

Desse modo, para S-W é suficiente que a presunção de relevância deva ser comunicada; não tem que ser aceita como verdade para desempenhar o seu papel mais importante: determinar a interpretação do estímulo ostensivo. Estímulos ostensivos provocam expectativas definidas de relevância, que é alcançada se a intenção informativa do comunicador é reconhecida.

Creemos ter justificado os pressupostos da relevância de S-W aqui discutidos e ter demonstrado que as críticas de Clark e Gerrig são passíveis de forte contra-argumentação a favor do quadro teórico dos autores, particularmente do PR relacionado às noções de manifestabilidade mútua e ambiente cognitivo.

4- Conclusões

Retomando as discussões da seção anterior, alguns aspectos merecem ser reafirmados. Entre eles, os argumentos convincentes de S-W favoráveis à noção de manifestabilidade mútua, potencial, que, exatamente por ser mais fraca e ter um menor grau de exigência do que a hipótese do CM, é mais adequada à compreensão humana. Tal adequação se justifica pelo fato de

que, em nossas inferências diárias, nas situações comunicativas, não checamos e analisamos todas as proposições para verificar o conhecimento comum, condição necessária para que o CM desempenhe um papel na compreensão do enunciado.

O argumento formal de que o CM é necessário, como defendem Clark e Gerrig, aplica-se apenas à compreensão perfeita na comunicação e não à forma imperfeita, reconhecida como suficiente no dia-a-dia (S-W,1982:69). Enquanto podemos construir muitas descrições e suposições do mesmo estímulo físico, a compreensão adequada implica identidade ou similaridade de interpretações entre os interlocutores. Além disso, o CM não é suficiente para que uma proposição pertença ao contexto: ela pode ser mutuamente conhecida sem ser parte dele; do mesmo modo, uma suposição pode pertencer ao contexto sem ser mutuamente conhecida. Não é, assim, uma questão de propósito comum, como supõe Clark, ou de conhecimento mútuo, conforme Gerrig, nem tampouco de duplicação de pensamentos, mas sim uma questão de identidade de interpretações que possibilitará que a compreensão humana se efetive com sucesso.

Comunicar, segundo S-W, é requisitar a atenção de alguém, através de um estímulo ostensivo; conseqüentemente, comunicar é implicar que a informação comunicada é relevante, o que garante a presunção de relevância ótima. Se, por um lado, o PR, através de um estímulo ostensivo, torna mutuamente manifesto que a realização da intenção informativa está nas "mãos" da audiência, então os interesses do comunicador e do ouvinte são levados em conta para a presunção de relevância ótima. Esta fornecerá um critério suficiente para selecionar, de um conjunto de suposições, uma interpretação consistente com o PR.

Se, por outro lado, o PR, ao se aplicar, modifica e estende o ambiente cognitivo mútuo que os seres humanos compartilham entre si, então os efeitos contextuais de uma informação são considerados. Os efeitos contextuais necessários para alterar o ambiente cognitivo do ouvinte são obtidos por processos mentais; estes, como os processos biológicos, envolvem um certo esforço. Assim, tal esforço de processamento somado aos efeitos contextuais são os dois fatores que permitirão o conceito comparativo de relevância.

Para finalizar, deve ser salientado o mérito de S-W especialmente em dois pontos: um deles é a denúncia que fazem ao compromisso da informação precisa dos modelos mais clássicos da comunicação e o outro, decorrente do primeiro, é que tratam a vaguidade, enquanto objeto, como um fenômeno objetivo da comunicação dentro de uma teoria rigorosa e precisa, com enfoque cognitivista. A sua tese é a de que a comunicação não deve ser modelada pelo quadro das trocas de informações precisas através do modelo de código, que pressupõe que a comunicação seja efetivada pela codificação e decodificação de mensagens. Segundo os autores de **Relevance**, queremos

compartilhar com os outros o que sabemos e o que não sabemos, as nossas impressões, crenças, dúvidas, etc. Isso implica que a vaguidade também faz parte da comunicação, e que é necessário dizer coisas precisas sobre ela, sem confundir o nível da teoria com o do objeto.

Sem dúvida, ainda muitos estudos abordando os processos da compreensão humana se fazem necessários, mas certamente eles não enfraquecerão o modelo de comunicação ostensiva-inferencial dos autores; a expectativa é a de um fortalecimento do quadro teórico desenvolvido por S-W, centrado na relevância.

Referências bibliográficas

- 1- AUSTIN, J.L. (1962) **How to do Things with Words**. Oxford, Clarendon.
- 2- CLARK, H. (1987) 'Relevance to what?' **Behavioral and Brain Sciences**. Cambridge, Cambridge University Press, 10:4.
- 3- FODOR, J.A. (1983) **The modularity of mind**. MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- 4- GERRIG, R.J. (1987) 'Relevance: theory, mutual knowledge and accidental irrelevance'. **Behavioral and Brain Sciences**. Cambridge, Cambridge University Press.
- 5- GRICE, H.P. (1975) 'Logic and Conversation'. In: Cole & Morgan (eds) **Syntax and Semantics**. Vol.3: Speech Acts. New York, Academic Press.
- 6- SPERBER, D. & WILSON, D. (1982) 'Mutual Knowledge and Relevance in Theories of Comprehension'. In: SMITH (ed.) **Mutual Knowledge**. New York, Academic Press. (p.61-85)
- 7- _____ (1986) **Relevance: Communication and Cognition**. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- 8- _____ (1991) 'Loose Talk'. In: Davis (ed.) **Pragmatics - A Reader**. New York, Oxford University Press.
- 9- WILSON, D. & SPERBER, D. (1986) 'Inference and Implicature'. In: Travis (ed) **Meaning and Interpretation**. Oxford, Basil Blackwell.

Jane R. C. da Silveira

Mestre em Linguística Aplicada PUCRS - Professora - ILA/FAMECOS